

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ Secretaria Legislativa

Assessoria das Comissões

Projeto - Lei Nº 099/2007

	PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
	9-
	100
	1 0
	.19 <u></u>
Autor	EXECUTIVO MUNICIPAL
	- EXECUTIVO MICHIGINAL

Data: 14/12/2007

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº. 135/GAB/PMSMG/2007.

Referência: Aditivo ao PPA 2006/2009 - Aquisição Máquinas/Equipamentos Agrícolas.

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores:

Planejar previamente o que se vai fazer com o dinheiro público a favor do bemestar social não é adivinhar o futuro, mas pensá-lo.

Quando estas definições dependem de terceiros, de outras esferas do Poder, seria impossível adivinhar que recursos de convênios serão repassados ao Município, o que e quando será liberado.

Entretanto, quando estes recursos estão previstos no PPA ou LDO da União ou do Estado, ou já incluso na Lei do Orçamento, e às vezes, esta inclusão só acontece na Lei do Orçamento, mediante emenda parlamentar, podemos também fazer as devidas inclusões.

Esta metodologia está embasada no princípio constitucional da legalidade, e outros princípios contidos na Lei 4.320/64, recepcionada pela Constituição vigente, através do disposto em seus artigos 165 a 168. Estes princípios são os da anterioridade da lei, a do exercício, a da unidade e da universalidade da Lei Orçamentária. O PPA e a LDO são acréscimos da Constituição atual, mas antes dela, já havia os Planos decenais, quinquenais, que passou a ser o plurianual.

A proposta inclusa com seus respectivos anexos, já possui um crédito liberado de R\$ 49.955,00 em conta, conforme extrato anexo contém alto interesse social. Por isso, solicitamos a esta Augusta Câmara que o acolha e delibere favoravelmente, para inclusão nas Leis do Plano Plurianual vigente e na LDO para o exercício em causa, sendo certo que posteriormente, solicitaremos a inclusão da dotação orçamentária, tendo em vista os princípios mencionados alhures.

Certos de vosso acato, antecipamos agradecimentos. Renovamos as saudações e considerações de estilo. Subscrevemo-nos a vosso dispor.

Paco Municipal 06 de Julho, aos 14 dias do mês de dezembro de 2007.

aulo Nobrega de

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ GABINETE DO PREFEITO DE LEI Nº. /GAB/PMSMG/2007.

PROJETO DE LEI Nº.

Inclui metas de incentivo ao desenvolvimento da produção de

alimentos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ – RO, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que o PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL decretou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica inclusa na Lei Municipal do Plano Plurianual, referente quadriênio 2006/2009, a seguinte meta:

Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas

213.550,00

- Art. 2°. A inclusão do artigo anterior integrará, com seus respectivos anexos, a LDO Lei de Diretrizes orçamentárias para o exercício de 2008.
- Art. 3°. A verba a que se referem os artigos anteriores será detalhada na Lei Orçamentária a que se refere, incluindo a contrapartida.
- Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições que lhe sejam idênticas, contrárias e incompatíveis.

Paço Municipal 06 de Julho, aos 13 dias do mês de dezembro de 2007.

Paulo Nóbrega de Almeida

Formulário 1: Levantamento Preliminar das Ações SEC. MUN. DE AGRICULTURA

Código	Descrição da Ação	Produto	Em andamento Nova	Valor no Orçamento do Exercício em Curso (Em R\$ 2005)
ASEMA08	Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas		Nova	
			\$	
Markey	: §			
#440.#X###,				
			1	

Formulário 2: Identificação de Programas SEC. MUN. DE AGRICULTURA

OLO: MICH. BE ACKIOCETORA		
01. Denominação		
0008 - DESENVOLVER O CAMPO		
02. Objetivo		
Proporcionar condições para o desenvolvimento das	s atividades agricolas no municípi	io, visando o increm. da prod.agropecuária
03. Público-alvo		
População do Município		
O4. Natureza (se temporária preencher os campos 5 e 6): [x] Contínua [] Temporária	05. Início Previsto (mm/aaaa)	06. Término Previsto (mm/aaaa)
07. Indicadores		
08. Índice mais recente	09. Apurado em (mm/aaaa)	10. Índice desejado ao final do PPA
Fonte: SEMA		
4'		

Formulário 3: Ações Integrantes do PROGRAMA PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

0001 - APOIO AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód.	Tipo (Proj/Ativ)	Descrição da Ação	Descrição do Produto	Unid. Responsável	Unidade de Medida	Quant. do Ano em Curso	Valor no Orçamento do Exercício em Curso (Em R\$ 2005)
ASEMA08	Α	Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas		SEMA			213.550
			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·				V
):				
			•				
			CONTROL CONTRO				
							
- W W							
							
					_		

Formulário 4 Proposta de Programa Setorial – Identificação de Programa SEC. MUN. DE AGRICULTURA

		INFORMAÇÕES	SOBRE O PRO	OGRAMA	
01. Denominaç	ão				9
0008 - DESEN	VOLVER O CAMPO				
02. Objetivo					
Proporcionar co	ondições para o deser	nvolvimento das atividades agrico	las no municípi	o, visando o increm. da prod. agropecuária	
03. Público-alv	0				
População do N	Municipio				
04. Unidade Re	esponsável		***************************************		
SEMA - Olivio	Moreira de Pádua Ne	to			
05. Horizonte T	emporal				
1	X] Contínuo				
1] Temporário	Início:	(mm/aaaa)		
		Término:	(mm/aaaa)		
06. Quantidade	de Indicadores	07. Quantidade de Ações		08. Valor do Programa (Em R\$ 2005)	
	8	8			213.550

	INFORMAÇÕES SOI	BRE INDICADORES	
Descripto Unidade de Medido		ÍNDICES	ed (delication)
Descrição Unidade de Medida -	Mais recente		•
Produtores Atendidos	0	0	330
,			
: SEMA		······································	

FORMULÁRIO 5: PROPOSTA DE PROGRAMA SETORIAL - INDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES

Juidade: SEC. MUN. DE AGRICULTURA							
Programa: 0008 - DESENVOLVER O CAMPO							
Descrição da Ação	Unidade Responsável	Tipo	Produto (Bem Ou Serviço)	Unidade de Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ 2005)
					2006		
					2007		
Aquisiição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	SEMA	Р	Produtoes Atendidos	Produtores	2008		213.550
					2009		
					TOTAL NO PPA		
					2006		
					2007		
					2008		
		ļ			2009		
					TOTAL NO PPA		
					2006		
					2007		
					2008		
					2009		
					TOTAL NO PPA		
					2006		
					2007		
					2008	1	
					2009		
					TOTAL NO PPA		
					2006		
				1 [2007		
					2008		
					2009		
					TOTAL NO PPA		
					2006		
					2007		
	TOTAL DO PROGRAMA				2 008		
					2009		
					TOTAL DO PROG.NO PPA		213.550

FORMULÁRIO 7: AÇÕES VALIDADAS

rograma: 000	08 - DESENVOLVER O CAMPO							
Aç	ção / Função - Subfunção	Unidade Responsável	Tipo	Produto (Bem Ou Serviço)	Unidade de Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ 2005)
						2006		
Aquisição de	Máquinas e Equipamentos Agricolas					2007		
		SEMA	Р	Equipamentos Adquiridos	Equipamento	2008		213.550
Função:	20 - AGRICULTURA					2009		
Subfunção:	601 - PROM. DA PROD. VEGETAL					TOTAL NO PPA		
						2006		
						2007		
						2008		
Função:						2009		
Subfunção:						TOTAL NO PPA		
						2006		
		**				2007		
						2008		
Função:	1					2009		
Subfunção:						TOTAL NO PPA		
	A					2006		
						2007		
						2008		
Função:						2009		
Subfunção:						TOTAL NO PPA		
						2006		
						2007		
		•				2008		
Função:			,			2009		
Subfunção:						TOTAL NO PPA		
						2006		
						2007		1
		TOTAL DO PROGRAMA				2008		
						2009		
AAAAA W						TOTAL DO PROG.NO PPA	\vdash	213.550

PROGRAMA CALHA NORTE

*

AVALIAÇÃO DE PROJETO

2007DQC234

2.00 CONVENENTE Prefeitura Municipal de: São Miguel of Guaporé/RO Aquisição de maquinas e equipamentos agricolas	1.00	Nº DO BROCESSO		
Gnaporé/RO QBJETO QBJETO Quisição de maquinas e equipamentos agricolas 1.00 PRAZO DE VALIDADE DO 180 dias após liberação dos recursos per CONVÊNIO CONCEDENTE CONTRAPARTIDA RS 15.0.000,00 RS 150.000,00 RS 160.000,00 RS 150.000,00 RE 1	1.00	Nº DO PROCESSO	Drofoitura Municipal de São	Miguel do
PRAZO DE VALIDADE DO 180 dias após liberação dos recursos per CONVÉNIO Concedente	2.00		Guaporé/RO	
CONVÊNIO ONTRAJO PRESTAÇÃO CONTAS OUTALORES PCN RS 150.000,00 CONTRAJORA RS 12.050,00 CONTRAJORA RASICOS PARA (ELERRAÇÃO Proposta de celebração de convênio, mediante expediente firmado pela autoridade responsável competente; (caput do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) Plano de Trabalho — Projeto Básico contemplando as razões que justifiquem a execução do convênio, descrição completa do objeto a ser executado e de metas a serem atingidas, e informação sobre condições ambientais, quando o projeto envolver obras, bem assim etapas e plano de aplicação; (inciso IX do art. 6º, c/c o § 1º do art. 116 da Lei nº 8.666 de 21.06.93, capute e § 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.03 Orçamento detalhado contemplando o cronograma físico-financeiro; (inciso II do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21.06.93, e § 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Anotação de Responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imévels, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando cenvolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE 15.01.97, e art. 12 da Lei nº 6.938, d	3.00	OBJETO	aquisição de maquinas e equipamento	s agricolas
CONVÊNIO ONTRAPARTIDA RS 150.000,00 TOTAL RS 150.000,00 TOTAL RS 162.050,00 RESPONSAVEL Nadir Maria Alverca NOCITMENTOS RASICOS PARA (ELERRACÃO Proposta de celebração de convênio, mediante expediente firmado pela autoridade responsável competente; (caput do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) Plano de Trabalho — Projeto Básico contemplando as razões que justifiquem a execução do convênio, descrição completa do objeto a ser executado e de metas a serem atingidas, e informação sobre condições ambientais, quando o projeto envolver obras, bem assim etapas e plano de aplicação; (inciso IX do art. 6º, c/c o § 1º do art. 116 da Lei nº 8.666 de 21.06.93, capute e § 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.03 Orçamento detalhado contemplando o cronograma físico-financeiro; (inciso II do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21.06.93, e § 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2º de inciso I do art. 7º da In/STN nº 01, de 15.01.97) AE OCREA (engenheiro); (inciso II do art. 4º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imévels, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Piantas de Detalhamento); (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97)				
PRAZO PRESTAÇÃO CONTAS 60 dias após transcorrido o prazo de execução	5.00			ecursos pelo
VALORES PCN RS 150.000,00 ← TOTAL RS 162.050,00 ← TOTAL RS 162.050,00 ← RESPONSAYEL Nadir Maria Alverea Proposta de celebração de convênio, mediante expediente firmado pela autoridade responsável competente; (caput do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Plano de Trabalho — Projeto Básico contemplando as razões que justifiquem a execução do convênio, descrição completa do objeto a ser executado e de metas a serem atingidas, e informação sobre condições ambientais, quando o projeto envolver obras, bem assim etapas e plano de aplicação; (inciso IX do art. 6°, c/c o § 1° do art. 116 da Lei n° 8.666 de 21.06.93, caput e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.03 Orçamento detalhado contemplando o cronograma físico-financeiro; (inciso II do § 2° do art. 7° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2° de inciso I do art. 7° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.05 Declaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.06 (Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.08 Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Projeto da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Projeto do local da obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Projeto do	6.00		the state of the s	xecução
PCN CONTRAPARTIDA RS 12.050,00 TOTAL RS 12.050,00 RESPONSÁVEL Nadir Maria Alverca Proposta de celebração de convênio, mediante expediente firmado pela autoridade responsável competente; (caput do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) Plano de Trabalho - Projeto Básico contemplando as razões que justifiquem a execução do convênio, descrição competa do objeto a ser executado e de metas a serem atingidas, e informação sobre condições aplicação; (inciso IX do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.03 Orgamento detalhado contemplando o cronograma físico-financeiro; (inciso II do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21.06.93, e § 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2º da iz. 18/STN nº 01, de 15.01.97) 9.05 Declaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada do art. 2º e ínciso I do art. 4º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.06 (CONTRAPARTIDA RS 12.050,00 — RS 12.050,00 — Froposta de celebração de convênio, descrição completa do objeto a ser executado e de metas a serem atingidas, e informação sobre condições aplicação; (inciso II do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.03 Orgamento detalhado contemplando o cronograma físico-financeiro; (inciso II do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21.06.93, e § 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.05 no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.06 (CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, junto ao CREA; (inciso II do art. 4º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.07 (cridão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as situações em que se configure posse de imóvel, a fera	0.00			*
CONTRAPARTIDA RS 12.050,00 ←			RS 150.000.00 ←	
RESPONSÁVEL Nadir Maria Alverea On PRESPONSÁVEL Nadir Maria Alverea On DOCTIMENTOS RASICOS PARA CELIERRACÃO Proposta de celebração de convênio, mediante expediente firmado pela autoridade responsável competente; (caput do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Plano de Trabalho - Projeto Básico contemplando as razões que justifiquem a execução do convênio, descrição completa do objeto a ser excutado e de metas a serem atingidas, e informação sobre condições ambientais, quando o projeto envolver obras, bem assim etapas e plano de aplicação; (inciso IX do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.03 Orçamento detalhado contemplando o cronograma físico-financeiro; (inciso II do § 2° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2° e inciso I do art. 7° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.05 Declaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.06 Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desaproplação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Projeto do Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Projeto do Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serfiços que exijam estudos ambiental; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serfiços que exijam estudos ambientals; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15	7.00	14. 14.15 \$ 00.77		
8.00 RESPONSÁVEL Nadir Maria Alverca 9.01 DOCTIMENTOS RÁSICOS PARA (ELERRACÃO Proposta de celebração de convênio, mediante expediente firmado pela autoridade responsável competente; (caput do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Plano de Trabalho - Projeto Básico contemplando as razões que justifiquem a execução do convênio, descrição completa do objeto a ser executado e de metas a serem atingidas, e informação sobre condições ambientais, quando o projeto envolver obras, bem assim etapas e plano de aplicação; (inciso IX do art. 6°, c/c o § 1° do art. 116 da Lei n° 8.666 de 21.06.93, caput e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.03 Orçamento detalhado contemplando o cronograma físico-financeiro; (inciso II do § 2° do art. 7° da Lei n° 8.666, de 21.06.93, e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.05 Declaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Pode (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.09 Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso IIIA do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Elicença ambiental, orando env				
9.01 Proposta de celebração de convênio, mediante expediente firmado pela autoridade responsável competente; (caput do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) Plano de Trabalho - Projeto Básico contemplando as razões que justifiquem a execução do convênio, descrição completa do objeto a ser executado e de metas a serem atingidas, e informação sobre condições ambientais, quando o projeto envolver obras, bem assim etapas e plano de 21.06.93, caput e § 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.03 Orçamento detalhado contemplando o cronograma físico-financeiro; (inciso II do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21.06.93, e § 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2º e inciso I do art. 7º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Declaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Certidão emitida pelo cartório de registro de imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.08 Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso IIIA do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso IIIA do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso IIIA do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviço	8.00		Nadir Maria Alverca	
9.01 autoridade responsável competente; (caput do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Plano de Trabalho – Projeto Básico contemplando as razões que justifiquem a execução do convênio, descrição completa do objeto a ser executado e de metas a serem atingidas, e informação sobre condições ambientais, quando o projeto envolver obras, bem assim etapas e plano de aplicação; (inciso IX do art. 6° c/c o § 1° do art. 116 da Lei n° 8.666 de 21.06.93, caput e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.03 Orçamento detalhado contemplando o cronograma físico-financeiro; (inciso II do § 2° do art. 7° da Lei n° 8.666, de 21.06.93, e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2° e inciso I do art. 7° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Anotação de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, junto ao CREA; (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada o ue m desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) a Estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da IN/S		DOCUMENTOS BASICOS PARA	CELEBRAÇÃO	Folhas N°
15.01.97) Plano de Trabalho — Projeto Básico contemplando as razões que justifiquem a execução do convênio, descrição completa do objeto a ser executado e de metas a serem atingidas, e informação sobre condições ambientais, quando o projeto envolver obras, bem assim etapas e plano de aplicação; (inciso IX do art. 6°, c/c o § 1° do art. 116 da Lei n° 8.666 de 21.06.93, caput e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.03 Orçamento detalhado contemplando o cronograma físico-financeiro; (inciso II do § 2° do art. 7° da Lei n° 8.666, de 21.06.93, e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Poetaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, junto ao CREA; (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Projeto do Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.10 Fotos do local da obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 8.11 Sologa, contra 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da IN/STN n° 05, d	2.4	Proposta de celebração de convêni	o, mediante expediente firmado pela	OV
justifiquem a execução do convênio, descrição completa do objeto a ser executado e de metas a serem atingidas, e informação sobre condições ambientais, quando o projeto envolver obras, bem assim etapas e plano de aplicação; (inciso IX do art. 6°, c/c o § 1° do art. 116 da Lei n° 8.666 de 21.06.93, caput e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.03 Orçamento detalhado contemplando o cronograma fisico-financeiro; (inciso II do § 2° do art. 7° da Lei n° 8.666, de 21.06.93, e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2° e inciso I do art. 7° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.05 Declaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Licença ambientala, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Elicença ambientala pelo cartorio de registro de informação pelo pelo de a de	9.01		(caput do art. 2° da IN/STN n° 01, de	OK
executado e de metas a serem atingidas, e informação sobre condições ambientais, quando o projeto envolver obras, bem assim etapas e plano de aplicação; (inciso IX do art. 6°, c/c o § 1° do art. 116 da Lei n° 8.666 de 21.06.93, caput e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.03 Orçamento detalhado contemplando o cronograma fisico-financeiro; (inciso II do § 2° do art. 7° da Lei n° 8.666, de 21.06.93, e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2° e inciso I do art. 7° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.05 Declaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, junto ao CREA; (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE NP 10.09 Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabolecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da IN/STN n° 05, d		Plano de Trabalho - Projeto B	ásico contemplando as razões que	
ambientais, quando o projeto envolver obras, bem assim etapas e plano de aplicação; (inciso IX do art. 6°, c/c o § 1° do art. 116 da Lei n° 8.666 de 21.06.93, caput e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.03 Orçamento detalhado contemplando o cronograma físico-financeiro; (inciso II do § 2° do art. 7° da Lei n° 8.666, de 21.06.93, e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2° e inciso I do art. 7° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Poclaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, junto ao CREA; (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou ser/iços que exijam estudos ambientais; (inciso IIIA do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabolecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07·10.04, no art. 2° da in estabolecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07·10.04, no art. 2° da in estabolecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07·10.04, no art. 2° da in estabolecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07·10.04, no art. 2° da in estabolecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07·10.04, no art. 2° da in estabolecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07·10.04, no art. 2° da in e				
ambientais, quando o projete envolver obras, bem assitu etapas e pianto de aplicação; (inciso IX do art. 6°, c/c o § 1° do art. 116 da Lei n° 8.666 de 21.06.93, caput e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.03 Orçamento detalhado contemplando o cronograma físico-financeiro; (inciso II do § 2° do art. 7° da Lei n° 8.666, de 21.06.93, e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2° e inciso I do art. 7° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.05 Declaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, junto ao CREA; (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóvels, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07·10.04, no art. 2° da	0.02			All the state of
21.06.93, caput e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.03 Orçamento detalhado contemplando o cronograma físico-financeiro; (inciso II do § 2° do art. 7° da Lei nº 8.666, de 21.06.93, e § 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2° e inciso I do art. 7° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.05 Declaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, junto ao CREA; (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da inv.	9.02			Prazo
9.03 Orçamento detalhado contemplando o cronograma físico-financeiro; (inciso II do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21.06.93, e § 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2º e inciso I do art. 7º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.05 Declaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.06 Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, junto ao CREA; (inciso II do art. 4º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serríços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei nº 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1º da IN/STN nº 05, de 07.10.04, no art. 2º da in estabelecidas no art 1º da IN/STN nº 05, de 07.10.04, no art. 2º da in estabelecidas no art 1º da IN/STN nº 05, de 07.10.04, no art. 2º da in estabelecidas no art 1º da IN/STN nº 05, de 07.10.04, no art. 2º da in estabelecidas no art 1º da IN/STN nº 05, de 07.10.04, no art. 2º da in estabelecidas no art 1º da IN/STN nº 05, de 07.10.04, no art. 2º da in estabelecidas no art 1º da IN/STN nº 05, de 07.10.04, no art. 2º da in estabelecidas no art 1º da IN/STN				
(inciso II do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21.06.93, e § 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2º e inciso I do art. 7º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) Peclaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Oncidente de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, junto ao CREA; (inciso II do art. 4º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) Potos do local da obra; (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) Potos do local da obra; (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) AE				
IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2° e inciso I do art. 7° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.05 Declaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, junto ao CREA; (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou ser/iços que exijam estudos ambientals; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.31, observadas as regras estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da	9.03	•		
9.04 Memorial Descritivo abordando a forma de execução do projeto; (inciso II do art. 2° e ínciso I do art. 7° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.05 Declaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.06 Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, junto ao CREA; (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da			8.666, de 21.06.93, e § 1° do art. 2° da	AE
do art. 2° e inciso I do art. 7° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Declaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, junto ao CREA; (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da		The state of the s		
9.05 Declaração de responsabilidade técnica da obra, devidamente registrada no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.06 Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, junto ao CREA; (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Pologo do	9.04			
no CREA (engenheiro); (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, junto ao CREA; (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07:10.04, no art. 2° da				AE
9.06 Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra, junto ao CREA; (inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.09 Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da	9.05			AF
(inciso II do art. 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis, comprovando o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.09 Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da				AL
exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, ou quando envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as NP garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.09 Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.10 Fotos do local da obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da	9.06			AÈ
envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.09 Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.10 Fotos do local da obra; (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei nº 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1º da IN/STN nº 05, de 07.10.04, no art. 2º da				
envolvendo projeto de interesse social, documento demonstrando as garantias subjacentes, pelo período do mínimo de 20 (vinte) anos, nas situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.09 Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.10 Fotos do local da obra; (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei nº 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1º da IN/STN nº 05, de 07.10.04, no art. 2º da		exercício pleno dos poderes inerente	s à propriedade do imóvel, ou quando	
situações em que se configure posse de imóvel, área desapropriada ou em desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE 9.09 Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.10 Fotos do local da obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da		envolvendo projeto de interesse s	social, documento demonstrando as	NP
desapropiação pelo Estado, Município ou Distrito Federal, área devoluta ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.09 Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.10 Fotos do local da obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da	9.07	garantias subjacentes, pelo período	do mínimo de 20 (vinte) anos, nas	
ou imóvel recebido em doação; (inciso VIII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.09 Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.10 Fotos do local da obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da	2.07			
15.01.97) 9.08 Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.09 Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) 9.10 Fotos do local da obra; (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97) Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei nº 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1º da IN/STN nº 05, de 07.10.04, no art. 2º da				
Projeto da Obra - (Plantas de Detalhamento); (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Solution of the student of			so VIII do art. 2º da IN/STN nº 01, de	
9.09 Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.10 Fotos do local da obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da				
9.09 Mapa/Croqui/Coordenadas Geográficas da Obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) 9.10 Fotos do local da obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) AE Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da	9.08		amento); (§ 1º do art. 2º da IN/STN nº	
9.10 Fotos do local da obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da			E 1- Ol (9 49 3	AE
9.10 Fotos do local da obra; (§ 1° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97) Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2° da IN/STN n° 01, de NP 15.01.97, e art. 12 da Lei n° 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1° da IN/STN n° 05, de 07.10.04, no art. 2° da	9.09		ncas da Obra; (§ 1º do art. 2º da	AE
Licença ambiental, quando envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais; (inciso III-A do art. 2º da IN/STN nº 01, de 15.01.97, e art. 12 da Lei nº 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1º da IN/STN nº 05, de 07.10.04, no art. 2º da	9.10			AE
9.11 15.01.97, e art. 12 da Lei nº 6.938, de 31.08.81, observadas as regras estabelecidas no art 1º da IN/STN nº 05, de 07.10.04, no art. 2º da				
estabelecidas no art 1º da IN/STN nº 05, de 07.10.04, no art. 2º da				\ NP
establecidas no art 1° da in/Sin n° 05, de 07:10.04, no art. 2° da	9.11			
Resolução CONAMA nº 01, de 23.01.86, e orientações contidas no Acórdão	,			
1 1		Resolução CONAMA nº 01, de 23.01.	86, e orientações contidas no Acórdão	

9.12	Termo de Posse da autoridade proponente (Freieno/Governador), pelo Cartório Eleitoral competente; (inciso II do art. 4º da IN/STN nº 01, de 15.01.97)	ок
9.13	Documentação de identificação da autoridade proponente competente (Prefeito/Governador) (Idt, CPF, e identificação de endereço residencial); (inciso II do art 4° da IN/STN n° 01, de 15.01.97)	FAL Endereço
9.14	Expediente comprovando a abertura de conta-corrente específica, destinada a movimentação do recurso vinculado ao convênio; (art. 20 da IN/STN nº 01, de 15.01.97, e Decisão TCU nº 706/94 - Plenário - Ata 54/94)	FAL
9.15	Declaração firmada pela autoridade competente, sobre o cumprimento das condicionantes legais, relacionadas com o pagamento de tributos, empréstimos e financimanetos devidos ao ente transferidor, quanto à prestação de contas de recursos anteriomente recebidos, cumprimento dos limites constitucionais, relativos à educação e à saúde e observância dos limites da dívida consolidada e mobiliária de operações de crédito, inclusive, por antecipação de receita, de inscrição de restos a pagar e de despesa total com pessoal. (art. 25, § 1°, inciso IV, alineas "a" a "c" da Lei Complementar n° 101/00)	
9.16	Declaração firmada pela autoridade competente, quanto à adimplência da entidade interessada, da esfera do Governo Estadual ou Municipal, perante a Administração Pública Federal direta e indireta; (inciso VII do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97)	Ok
9.17	Declaração firmada pela autoridade competente, quanto ao atendimento das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentária; (LDO aprovada para o correspondente exercício)	Ok
9.18	Declaração firmada pela autoridade competente, relativamente à disponibilização de recurso, por parte do proponente, a título de contrapartida; (§ 2° e 3° do art. 2° da IN/STN n° 01, de 15.01.97)	ок
9.19	Declaração firmada pela autoridade competente quanto à compatibilidade dos preços com os padrões de mercado, e, no caso de obras, que observam as diretrizes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — SINAPI, consoante o estabelecido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias pertinentes (para 2006: art. 112 da Lei 11.178/2005)	oĸ
9.20	Certidão Negativa de Débito relativo a tributos e contribuições federais; (inciso I do art. 3° da IN/STN n° 01, de 15.01.97)	OK
9.21	Certidão Negativa de Débito relativo a tributos estaduais; (inciso I do art. 3º da IN/STN nº 01, de 15.01.97)	OK
9.22	Certidão Negativa de Débito, obrigatoriamente, relativa a Previdência Social – INSS; (art. 26 da Lei nº 10.522, de 19.07.02, com redação modificada pela Medida Provisória nº 190, de 31.05.04, convertida na Lei nº 10.954, de 29.09.04, e inciso II, art. 3º da IN/STN nº 01, de 15.01.97)	OK
9.23	Certidão Negativa de Débito relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; (art. 18, inciso III, alínea "b" da Lei nº 9.293/96 e inciso III do art. 3º da IN/STN nº 01, de 15.01.97)	ок
9.24	Certidão Negativa de Débito relativo à Dívida Ativa da União; (Inciso I do art. 3° da IN/STN n° 01, de 15.01.97)	OK
9.25	Comprovante de regularidade perante o PIS/PASEP; (art. 239 da CF e inciso IV do art. 3º da IN/STN nº 01, de 15.01.97)	OK
9.26	Comprovante de inscrição cadastral do CNPJ do Governo Estadual/Municipal; (inciso II do art. 4º da IN/STN nº 01, de 15.01.97)	ок
9.27	Documento relativo à consulta realizada junto ao CAUC, a cargo da Administração concedente; (art. 2º da IN/STN nº 01, de 17.10.05, e parágrafo único do art. 2º da IN/STN nº 02, de 01.12.05)	ОК
9.28	Cópia de documento indicando que os recursos para atender as despesas em exercício futuro, no caso de investimento, estão consignados no plano plurianual ou em prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações, anualmente. discriminadas no correspondente orcamento, durante o prazo	FAL

COCITION : INDIVIDUIA

VAL

DATA EMISSAO : 300ut07 NUMERO : 2007NE90166

UG EMITENTE : 110404 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA-MD

GESTAO EMITENTE: 00001 - TESOURO NACIONAL

FAVORECIDO : 22855167/0001-77 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO

TAXA:

OBSERVACAO

CONVENIO 012/2007/PCN

NC 1878/DEORF

FONTE ND UGR PI EVENTO ESF PTRES

_1091 1 014810 0100000000 444042

49.95!

TIPO : GLOBAL MODALIDADE : NAO SE APLICA

INCISO AMPARO PROCESSO: 60414000054200710 PRECATORIO :

UF BENEFICIADA MUNICIPIO BENEF. : ORIGEM MATERIAL

REFERENCIA DISPENSA:

NUM.CV/CR/TP: 11040457200700012

LANCADO POR : 12041394153 - EDINA UG: 110404 300ut07 16:1

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

Formulário 6

Programas Validados por Macroobjetivos

Proporcionar aos agricultores do município condições para o incremento da produção.

	INFORMAÇÕES S	OBRE O PROC	SRAMA		X
01. Denominação/Identificador					
DESENVOLVER O CAMPO					8000
02 - Objetivo					
Proporcionar condições para o desen	volvim. das atividades agricolas	no município, v	risando o incremen	to da prod. agrope	ecuária
03. Público-alvo			×=====================================		
População do Municipio					
04. Unidade Responsável					
SEMA - Olivio Moreira de Pádua Net	0				
05. Horizonte Temporal			06. Multissetoria		
[X] Contínuo			Í		
[] Temporário	Início:	(mm/aaaa)	ı] SIM	
	Término:	(mm/aaaa)	1] NÃO	
07. Quantidade de Indicadores	08. Quantidade de Ações		09. Valor do Prog	grama (Em R\$ 20	05)
8	8				213.550

		AÇÕES SOBRE INDICAL		
Descrição Unidade de Medida	Unidade de		ÍNDICES	
	Medida	Mais recente	Apurado	DesejadoFinal do PPA
Produtores Atendidos	Produtores	0	0	330
	++	rando e e diale		
	1 -		-	
			10	
:SEMA				



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ ESTADO DE RONDÔNIA PODER LEGISLATIVO

OFICIO

Em, 14 de dezembro de 2007.

Senhor Presidente:

Vimos por intermédio de o presente encaminhar a Vossa Senhoria, o Projeto de Projeto de Lei nº. 099/07 que "Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e da outras providências". de autoria do Poder Executivo para a devida apreciação.

Sendo o que nos apresenta para o momento, somos mui,

Cordialmente,

AMARILIDO FERREIRA Presidente C.M.S.M.G

Ao Ilmº.Sr. **ZILIO SOARES**Presidente da C.P. Finanças e Orçamento.

Câmara Municipal

Nesta:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ ESTADO DE RONDÔNIA PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer sobre o Projeto de Lei nº. 099/07 que "Inclui Metas de incentivo ao desenvolvimento da produção de alimentos e da outras providências".

A Comissão Permanente de Justiça e Redação, após analisar e devidamente apreciar o Projeto de Lei supra mencionado, nada tendo em contrário resolve exarar **Parecer Favorável**.

É o Parecer.

Sala das Sessões,

de dezembro de 2007.

VAGNER REIS TENORIO
Presidente

COPNELIO DI APTE/Palator

ELIAS LOPES DA SILVA/Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ ESTADO DE RONDÔNIA PODER LEGISLATIVO

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer sobre o **Projeto de Lei n°.** 099/07 que "Inclui Metas de incentivo ao desenvolvimento da produção de alimentos e da outras providências".

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, após analisar e devidamente apreciar o Projeto de Lei supra mencionado, resolve exarar **Parecer Favorável**.

É o Parecer.

Sala das Sessões, de dezembro de 2007.

ZILIO SOARES DA SILMATresidente

DORALICE A. POLLETINI - Relator

CODNETTO D DE CARVATHO - Membro